

## O Modelo de Convenção para a Mobilidade Internacional: para além de migrantes e refugiados

Gustavo Macedo<sup>1</sup>

No dia 21 de maio, o Departamento de Ciência Política da FFLCH-USP e o Instituto de Relações Internacionais, em parceria com as Faculdades Metropolitanas Unidas, realizaram o evento **The Model International Mobility Convention (MIMC): beyond migrants and refugees** com Michael Doyle, professor de Ciência Política e Direito Internacional da Columbia University de Nova York. O evento teve por objetivo apresentar o MIMC e convidar pesquisadores e instituições nacionais a se engajar no consórcio científico que realiza o projeto.

O MIMC<sup>2</sup> foi desenvolvido por uma Comissão Internacional de Mobilidade envolvendo mais de 40 proeminentes pesquisadores e especialistas nos campos da migração, dos direitos humanos, da segurança nacional, da economia do trabalho e do direito de refugiados. Na primeira fase do projeto, de 2015 a 2017, a Comissão se reuniu para debater e desenvolver um modelo de convenção que fosse capaz de oferecer aos seus signatários as diretrizes para a implementação de uma política global inclusiva para migrantes e refugiados. O MIMC é o último resultado desse esforço colaborativo para produzir um novo e muito necessário quadro jurídico internacional para a mobilidade humana.

Desde 2018, o MIMC tem sido apresentado em consecutivas rodadas internacionais junto a centros de pesquisa, missões diplomáticas e fundações comprometidos com a difusão científica com alto valor de impacto no regime internacional de migração e refúgio.

O Modelo busca alcançar o difícil, porém necessário equilíbrio entre, por um lado, as necessidades e as demandas do número crescente de pessoas que procuram cruzar fronteiras internacionais e, por outro, os interesses dos Estados em matéria de segurança, prosperidade doméstica e controle soberano de suas fronteiras. Para tanto, o MIMC defende uma avaliação realista do que os Estados podem e deveriam estar dispostos a aceitar em apoio aos seus interesses nacionais dentro de um regime de mobilidade mais sustentável e humano.

Dentre as reações ao MIMC coletadas desde 2018, poder-se-ia destacar ao menos duas com interesse direto à audiência brasileira. Por um lado, o Brasil é um defensor histórico da reforma do regime e instituições multilaterais de direitos humanos com vista à expansão e garantias de direitos

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciência Política pela USP.

<sup>2</sup> Doyle, Michael W. & Macedo, Gustavo C. (2018). Brazil and the Future of the International Mobility Regime. *Monções – Revista de Relações Internacionais da UFGD*, vol. 7, no 14, pp. 250-271. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/9132> Veja também: “The Model International Mobility Convention”, *Columbia Journal of Transnational Law*, vol 56, no. 2 (2018)

---

de migrantes e refugiados. No plano doméstico, o Brasil aprovou em 2017 sua nova lei de migração considerada progressiva para os padrões internacionais.<sup>3</sup>

No plano externo, desde 2016, o governo brasileiro vinha apoiando o movimento de reforma das instituições multilaterais com a Declaração de Nova York<sup>4</sup> e, finalmente, em 10 de dezembro de 2018, a diplomacia brasileira confirmou seu apoio ao documento final do Pacto Global para Migração<sup>5</sup> na qual assumiu o compromisso de apoiar iniciativas como o MIMC. Com efeito, a guinada ideológica da diplomacia brasileira a partir de 2019 com o governo Bolsonaro abandonou todos os compromissos multilaterais anteriores em matérias de direitos humanos e, por conseguinte, o debate sobre a reforma do regime de mobilidade internacional – chegando a apoiar a deportação de migrantes brasileiros com situação irregular nos Estados Unidos.

Por outro lado, o MIMC também propõe que um tema tão complexo quanto a promoção e garantia de direitos humanos fundamentais para um leque tão amplos de indivíduos e grupos sociais em constante movimento não deve ser uma tarefa exclusiva dos Estados nacionais. Embora o MIMC seja o que seu coordenador chama de *sovereignty friendly*, o Modelo reconhece que, com frequência, unidades da federação e municípios são mais capazes de oferecer respostas mais ágeis aos desafios impostos pela mobilidade internacional.

No caso brasileiro, os municípios ilustram a relevância da atuação de unidades subnacionais na condução de políticas locais com impacto global. Em 2019, cerca de 6 mil refugiados venezuelanos moravam em abrigos nos municípios de Pacaraima e Boa Vista<sup>6</sup>. De modo semelhante, a cidade de São Paulo recebeu em 2018 cerca de 1.500 refugiados de ao menos cinco países.<sup>7</sup> O acolhimento desses indivíduos é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, em parceria com outros órgãos da administração pública municipal e organizações não-governamentais.

Por fim, Michael Doyle compartilha da preocupação em relação à recente retração das liberdades individuais e coletivas, e dos recorrentes ataques ao multilateralismo por diversos governos. A situação exige engajamento propositivo e comprometido da comunidade acadêmica com os mais elevados princípios de proteção à dignidade da pessoa humana. É por isso que os pesquisadores do MIMC convidam a todos a endossar e apoiar o Modelo de Convenção de Mobilidade Internacional adicionando sua assinatura à Convenção em: <https://mobilityconvention.columbia.edu/>

---

<sup>3</sup> Law number 13,445, 24 May 2017, available at: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20152018/2017/lei/L13445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2017/lei/L13445.htm)

<sup>4</sup> UN General Assembly, New York Declaration for Refugees and Migrants: resolution / adopted by the General Assembly, 3 October 2016, A/RES/71/1, available at: <https://www.refworld.org/docid/57ceb74a4.html> [accessed 13 June 2020]

<sup>5</sup> UN, General Assembly, Intergovernmental Conference on the Global Compact for Migration in Marrakech, Morocco, 10 December 2018. Available at: <https://www.un.org/en/conf/migration/about-conference.shtml>

<sup>6</sup> ACNUR, “6 dados sobre a situação dos venezuelanos”, 28 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2019/01/28/6-dados-sobre-a-situacao-dos-venezuelanos/>

<sup>7</sup> Observatório das Migrações em São Paulo. Banco Interativo. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/bancointerativo.html>

## Os desafios da mobilidade urbana em tempos de pandemia

*Mateus Muzulon*<sup>8</sup>

A crise sanitária causada pela Covid-19 levantou uma série de questões sobre os modelos de mobilidade urbana nas cidades ao redor do mundo. Para discutir os desafios e as perspectivas futuras nessa área foi apresentado o webinar “Os desafios da mobilidade urbana em tempos de pandemia”, A atividade é parte da contribuição do Laboratório de Análise Internacional “Bertha Lutz” (LAI-USP) ao debate sobre o tema e integra as ações aprovadas no 4º Edital Santander/USP/FUSP de Fomento às Iniciativas de Cultura e Extensão. Os palestrantes foram Luísa Peixoto, mestra em planejamento urbano pela University College London (UCL) e especialista em mobilidade na Quicko, e Pedro Somma, internacionalista pelo Instituto de Relações da USP e CEO da Quicko.

Retomando o debate sobre mobilidade urbana no contexto pré-pandemia, Luísa destacou a importância das novas tecnologias para tornar a locomoção na cidade mais humana e com mais integração. Na pandemia, entretanto, o foco passou a ser a saúde e segurança das pessoas no momento do distanciamento social. Peixoto comenta o caso de Milão para refletir sobre como o momento deve ser visto como de oportunidades para reestruturar e repensar o deslocamento urbano, com foco em modais sustentáveis e individuais, como à pé ou a bicicleta, pensando no futuro pós-pandemia. Ela também sugeriu que o transporte coletivo vai ter que se reinventar e que será necessário mais investimento público no setor.

Dentre as adaptações necessárias para o transporte coletivo, ela cita novas formas de pagamento sem contexto com outras pessoas, além de possibilidade de monitoramento de frotas para oferecer ônibus sob demanda, entre outras iniciativas que possam reduzir aglomerações. Peixoto também destaca que, a partir das medidas por ela expostas, é possível gerar um impacto ambiental menor, levando as cidades a reduzir o índice de poluição nos ares.

Pedro Somma começa comentando as mudanças de comportamento com os novos hábitos de mobilidade que já estavam emergindo antes da pandemia. Como solução, acredita que deve existir uma aliança intersetorial entre o público, o privado e a academia, buscando as melhores soluções para as questões no contexto apresentado. Assim, Somma faz uma defesa da disponibilidade ampla dos dados sobre mobilidade, dando o setor público de Londres como exemplo, levando a maior transparência nos comportamentos dos indivíduos ao se locomovem e o que pode ser feito para melhorar a experiência de mobilidade, gerando inclusive benefícios econômicos.

Quando se trata da pandemia, o palestrante também crê que o momento pode ser interessante para catalisar novas demandas da sociedade. Nesse momento delicado, ele vê iniciativas como meios de transporte individuais seguros, assim, como informações mais precisas sobre transporte, como localizações de ônibus, podem auxiliar a medidas de distanciamento social, como foi o caso de Berlim. Somma finaliza reforçando que essas inovações virão por meio da parceria entre os setores e a imprescindível disponibilidade de dados transparentes sobre mobilidade urbana.

---

<sup>8</sup> Aluno de graduação do Instituto de Relações Internacionais da USP, chefe de Conteúdo do Laboratório de Análise Internacional “Bertha Lutz” (LAI-USP) e pesquisador do Observatório Eleitoral das Américas OEA-USP.

## ***Bandwagon científico global na pandemia da COVID-19: Ciência, tecnologia e inovação em saúde como bens públicos transnacionais***

*Renan Gonçalves Leonel da Silva*<sup>9</sup>

A pandemia da COVID-19 está sendo responsável por uma mobilização social sem precedentes da comunidade científica internacional. Cientistas do mundo todo têm promovido um intenso cronograma de articulação política para além das fronteiras nacionais num curtíssimo espaço de tempo. Seja na busca por “mais conhecimento” sobre o SARS-CoV-2, seja na incessante procura por novas terapias inovadoras (vacinas, anticorpos, imunomoduladores, proteínas de fusão etc.), a pandemia já deixou claro que o laboratório é parte de um conjunto mais amplo de plataformas sociotécnicas onde o cientista está inserido.

Conceitos das Ciências Sociais mostram-se úteis para entender que a Ciência, assim como outras práticas sociais, é fruto da ação humana e, portanto, é sempre um empreendimento político. Também, é resultado (e resultante) de uma densa rede de relações de poder, que condicionam o comportamento dos especialistas nas arenas da Política e da opinião pública. A forma como os cientistas interagem para além dos circuitos da comunidade de pesquisadores interfere em mudanças institucionais mais amplas, e nas iniciativas de promoção da ciência e da inovação do nível local ao global.

A noção de Bandwagon científico (*Scientific Bandwagon*), por exemplo, é conhecida no campo interdisciplinar dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia (ESCT), podendo ser definida como a dinâmica de atuação política da comunidade científica e sua capacidade de projetar suas agendas de pesquisa como prioritárias no quadro geral da Política Científica e Tecnológica (PCT) ou em outros regimes multiníveis e intersetoriais de governança de ciência e tecnologia (C&T). Ela foi bem aplicada em 1988 pela Dra. Joan Fujimura, atualmente Professora de Social Studies of Science no Departamento de Sociologia da Universidade de Wisconsin, em um interessante estudo sobre as negociações e alianças entre especialistas da Biologia Molecular nos Estados Unidos na área de pesquisa sobre Câncer. No trabalho, a pesquisadora apresentou como essa comunidade articulou sua participação e apropriação de recursos financeiros oriundos dos programas de pesquisa oncológica estadunidenses nos anos setenta e oitenta. Segundo ela, parte relevante do Bandwagon científico foi fortalecer as teorias e métodos de estudo do câncer como doença genética, e difundir na mídia que os mecanismos de interrupção da progressão tumoral só poderiam ser identificados no nível molecular e com técnicas robustas da bioinformática e, depois, da genômica.

Também na vertente Realista de análise da Política Internacional, o termo *Bandwagon* é empregado para o estudo da balança de poder no sistema internacional, em que um Estado com menos influência, ou grupo de Estados, se associam a outro com maior capacidade de interferir no jogo internacional e ampliar suas chances de sobreviver à crises e turbulências.

Na pandemia, algo semelhante está ocorrendo para a área da Imunologia e Infectologia. Uma nova “onda” de Bandwagon científico da Biologia Molecular se forma em torno de um problema comum a todos: interromper as infecções pelo novo coronavírus, e seus resultados. Com a rapidez com que a C&T em Saúde circulam na era digital, esse Bandwagon já nasceu global. Cientistas devem ser capazes de sensibilizar não só os eixos da tradicional Política Científica e Tecnológica (PCT) e da opinião pública nacional, mas construir outra plataforma transnacional para inserir, de

---

<sup>9</sup> Renan Gonçalves Leonel da Silva é pesquisador colaborador em Sociologia do conhecimento biomédico no Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e bolsista do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Avaliação de Tecnologia em Saúde CNPq/INCT-IATS. É Doutor em Política Científica e Tecnológica pela UNICAMP.

maneira sustentável, ciência e inovação como bens públicos globais. Vemos, assim, uma ampla agenda de concertação para a construção de um regime internacional de governança em C&T. Essa estrutura terá dois componentes centrais: a Diplomacia Científica e da Inovação e a Comunicação Científica.

A abordagem da Diplomacia Científica e da Inovação enfrenta um contexto de muitas transformações na Política Internacional e nas agendas estatais para a C&T, como a PCT. A área já produziu boas ferramentas para a análise desses movimentos, sendo um desdobramento que, embora anterior à pandemia, aparece como uma perspectiva crítica e interdisciplinar para se avançar no estudo do *making* de novos regimes transnacionais provisórios de governança em C&T, conforme bem apresenta Ewert Aukes em *Towards effective science diplomacy practice* <https://www.s4d4c.eu/wp-content/uploads/2020/01/S4D4C-Towards-effective-science-diplomacy-practice.pdf>.

Esse novo regime deve alterar a posição relativa dos atores nos circuitos científicos, além de reconfigurar a própria noção de PCT e impacto da ciência. Cientistas Sociais destacam que, na Saúde, esse não é um processo recente, mas que a pandemia certamente acelerou. Desde a chamada revolução genômica do final dos anos 1990, já existem críticas contundentes a respeito de quais seriam os atores responsáveis por controlar o conhecimento gerado sobre o Genoma Humano, e como esse conhecimento deveria ser administrado para que pudesse chegar ao público e gerar inovações de interesse público. Ora, governos já investiram centenas de bilhões de dólares nesses projetos e, ainda hoje, são raras as *biotech* para a Saúde Pública. Vimos que deixar a difusão das inovações à cargo exclusivo dos grandes conglomerados acadêmicos e do setor privado não resultou em dinamismo satisfatório para enfrentar essa e outras crises sanitárias recentes. Hoje, a pandemia apenas acelerou a nossa percepção, dos governos, da comunidade científica e da opinião pública de que uma mudança significativa da governança da C&T de alcance global é urgente. Embora recentes, as abordagens da Diplomacia Científica e da Inovação têm amplo potencial de contribuir para o desenvolvimento dessa agenda de pesquisa, em que o setor de Saúde é, sem dúvida, o caso mais dinâmico.

A pandemia mostrou, também, que a Comunicação Científica se tornou o *tendão de Aquiles* da tradicional parceria entre Ciência e Estado – supostamente inabalável desde o contexto do pós-guerra do século XX. Desde aquela época, muitos pesquisadores investigaram como a evolução dos regimes democráticos, a popularização das redes sociais e as falhas na comunicação da ciência poderiam levar à uma crise de legitimidade dos especialistas diante da sociedade. Na pandemia, também a produção política e cultural da desinformação avançou rapidamente, com reflexos catastróficos para um combate mais adequado da COVID-19. Organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) têm enfrentado enormes desafios para se adequar a esse novo cenário, enfrentando politização de suas agendas e orçamentos por líderes mundiais e, também, pela própria comunidade científica.

Fortalecer instrumentos da Diplomacia Científica e da Inovação e, também, aprimorar sistemas de comunicação efetiva da ciência já são traços marcantes do Bandwagon científico global em Saúde pós-pandemia. O sucesso desse novo regime demandará maior capacidade de sensibilização da PCT e da opinião pública na esfera transnacional. Sem uma mudança de postura, tradicionais modelos de promoção da ciência e da inovação encontrarão dificuldades em oferecer respostas efetivas para novas crises, o que certamente aprofundará o descrédito da comunidade acadêmica e ampliará a produção da desinformação. Esse encontro do cientista com o mundo digital é apenas o primeiro passo.



## COVID-19 e as Relações Internacionais: Uma perspectiva dos especialistas em RI dos Estados Unidos

José Bruno Fenerick Júnior<sup>10</sup>

A pandemia do COVID-19 é um fato histórico inédito que impõe incógnitas para os diferentes campos do conhecimento, não seria diferente para as Relações Internacionais, campo privilegiado para os estudos do sistema internacional. No entanto, seu amplo e complexo objeto de estudos dificulta uma análise exaustiva dos componentes e processos afetados pelo novo contexto da pandemia, pelo menos em curto prazo.

O século XXI segue em processo de globalização e, por consequência, a amplificação das organizações internacionais, do multilateralismo e a proliferação de novos atores nas relações internacionais, mesmo que estes processos tenham sofrido reveses atualmente. Todavia, dentro deste contexto, ainda cabe destacar a relevância dos Estados Unidos como potência global, e devido sua forte influência nas relações internacionais, destaca-se como um termômetro privilegiado para as possíveis mudanças.

Nesse sentido, um *survey* do *Teaching, Research & International Policy* (TRIP, 2020)<sup>11</sup>, um projeto de pesquisa que busca explorar as conexões entre ensino, pesquisa e política em Relações Internacionais da Universidade de William & Mary trouxe interessantes perspectivas. A pesquisa buscou contatar todos os pesquisadores e professores da disciplina de Relações Internacionais dos Estados Unidos e, em maio de 2020, tratou sobre questões como a resposta dos Estados Unidos ao COVID-19 e as implicações da pandemia para a política externa norte-americana.

Num cenário após a pandemia, perguntados sobre diferentes formas de assistência à países em desenvolvimento (Assistência Econômica, Ajuda à Saúde, Assistência Militar e Assistência à Refugiados), 56,9% dos entrevistados elencaram que unicamente o item Assistência Militar deveria ser passível de redução de investimento, enquanto todos os outros itens aparecem que deveriam aumentar.

Perguntados sobre a eficácia de resposta da cooperação internacional para cinco desafios globais: 1) crise financeira global; 2) a epidemia do Ebola; 3) mudanças climáticas; 4) a pandemia do COVID-19; 5) o terrorismo internacional, todos os outros cenários aparecem com melhor eficácia de resposta via cooperação internacional do que a atual pandemia do COVID-19, a exceção das mudanças climáticas. Na visão dos participantes, a cooperação internacional da pandemia do COVID-19 recebeu 14,1% para “nada eficaz” e 51,2% para “não muito eficaz. Por outro lado, 59,7% dos entrevistados acreditam na eficácia da Organização Mundial da Saúde (OMS). Além disso, sobre a visão do país no mundo, a percepção geral é negativa.

A resposta dos EUA ao COVID-19 fará que o país seja visto pelo mundo:

Pergunta	Muito mais provável	Mais provável	Nem mais ou nem menos provável	Menos Provável	Muito menos provável
Como um Estado que honra seus compromissos	0,4%	0,9%	16,3%	39,7%	42,8%

<sup>10</sup> Analista Internacional pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Mestrando em Relações Internacionais do IRI-USP.

<sup>11</sup> Teaching, Research & International Policy (TRIP). Project Global Research Institute (GRI), 2020. Disponível em: [https://trip.wm.edu/data/our-surveys/snap-polls/Snap\\_Poll\\_13\\_Report\\_Final.pdf](https://trip.wm.edu/data/our-surveys/snap-polls/Snap_Poll_13_Report_Final.pdf) Acesso em: 03 jun.2020.

Como um Estado que é amplamente respeitado no sistema internacional	0,4%	1,1%	9,7%	41,4%	47,3%
Como um Estado que quer ajudar a providenciar mercadorias públicas globais	0,4%	1,5%	7,5%	36,9%	53,7%
Como um Estado com liderança científica, tecnológica e em setores da medicina	1,9%	9,3%	35,1%	36,5%	17,1%
Como um Estado com incomparável poder material e capacidades	1,2%	3,5%	27%	43,2%	25%

Fonte: TRIP, 2020.

Para 54% dos professores, a distribuição de poder na política mundial também não irá mudar fundamentalmente. Na pesquisa, 41,7% disseram que em cinco anos as barreiras às trocas comerciais estarão mais altas e 31,6% defendem que estará o mesmo. Para mais da metade dos entrevistados, 51,3%, os Estados Unidos não irão mudar seus gastos militares para 2021. Outro dado importante, é que para 80,3% dos entrevistados, os Estados Unidos estão coordenando de forma “nada eficaz” uma resposta internacional ao COVID-19. Quanto ao mundo, perguntados se a crise do COVID-19 poderia gerar conflitos nacionais políticos violentos nos próximos doze meses, 62,50% acreditam que sim.

As relações internacionais são mais complexas para ser analisadas. Contudo, tomando em consideração a visão da maioria destes especialistas e a importância da liderança dos Estados Unidos, o cenário prognosticado para as relações internacionais pós-pandemia da COVID-19 não deverá ser de mudança substancial, a não ser por desvios nas dinâmicas internas dos países como apontaram os entrevistados.

A Guerra Comercial com a China deve se manter em pauta, já que os especialistas não acreditam na redução de barreiras comerciais em cinco anos. Por outro lado, a crença no desgaste da imagem do país na resposta à pandemia pode criar um espaço de disputa com outros atores, que poderia intensificar a guerra comercial, somado ao cenário de crise econômica como resultado da pandemia.

Apesar de certa confiança no papel da OMS, a negatividade da imagem do país, advinda da sua coordenação durante a pandemia, poderá afetar sua liderança e, por consequência, o funcionamento das instâncias multilaterais. Na visão dos especialistas, os EUA seguirão tendo papel primordial no cenário internacional e o país deveria aumentar seu papel através de assistência à países em desenvolvimento, mas não assistência com gastos militares.

Se as relações internacionais mudarem, de qualquer forma, as pesquisas de relações internacionais em resposta ao COVID-19 não deverão. Para os entrevistados, 44,4% responderam que “provavelmente não” mudarão e outros 19,4% disseram que “definitivamente não” modificação os rumos de suas pesquisas mesmo sob o cenário da pandemia do COVID-19. Apesar do cenário inédito e com consequências catastróficas para a economia mundial, é interessante a visão dos especialistas de que mudanças importantes nas relações internacionais não deverão ocorrer no mundo, salvo em relação às dinâmicas internas que poderia eventualmente modificar o cenário internacional.

## Webinar

"SCIENTIFIC DIPLOMACY:  
ADDRESSING GLOBAL  
CHALLENGES THROUGH  
RESEARCH AND INNOVATION"

JULIE DUMONT

Julie Dumont works as Scientific Liaison Officer in Brazil for Wallonie-Bruxelles International, the international relations department of the french part of the country, fostering R&D cooperation between Brazil and Wallonie-Bruxelles. She worked previously as lawyer specialized in intellectual property and licensing in the Technology Transfer Office of the Université Libre de Bruxelles. She has a degree in Law from this latter university, oriented toward international and intellectual property law.



June, 26  
friday  
10:30 am

Amâncio Oliveira and  
Pedro Ivo  
(Executive Coordinators,  
InnSciDSP)

"FOSTERING GLOBAL CHANGE  
SCIENCES THROUGH SCIENCE  
DIPLOMACY IN THE AMERICAS"

MARCELLA OHIRA

Marcella Ohira is Deputy Executive Director and Director for Capacity Building at the Inter-American Institute for Global Change Research (IAI). Marcella has designed and implemented innovative capacity building programs for IAI's 19 member countries and has organized more than 45 IAI training events, including interdisciplinary professional development seminars, and science for policy fora on several global environmental change issues.



zoom

us02web.zoom.us/j/84181587683?pwd=RjFzNUtqdzRrZHh4VHpsYTc3QlIUUT09

**Análise CAENI.** Publicação do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (NAP-Caeni), Instituto de Relações Internacionais da USP.

**Coordenação científica:** Amâncio Jorge de Oliveira.

**Colaboradores:** Cristiane de Andrade Lucena Carneiro, Janina Onuki, João Paulo Cândia Veiga, Pedro Feliú Ribeiro.

**Pesquisadores:**

**Assistente executiva:** Vanessa Munhoz

**Site:** [www.caeni.com.br](http://www.caeni.com.br)

**E-mail:** [caeni@caeni.com.br](mailto:caeni@caeni.com.br)

**Facebook:** [www.facebook.com/caeni.usp](http://www.facebook.com/caeni.usp)

**InnSciD SP:** <https://innscidsp.com>